

10 A 12 DE JUNHO DE 2025



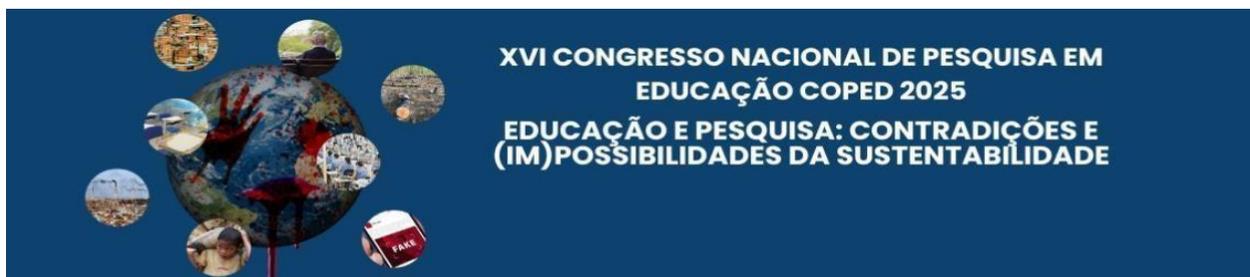
EVASÃO E ABANDONO ESCOLAR NA CONTRAMÃO DA LEI Nº 8.069/1999: ENTRE DIREITOS GARANTIDOS E REALIDADES NEGADAS

Ana Flávia Alves Santos
flaviaalves9382@gmail.com
Ana Luiza Souza Ferreira
anasouzaa2806@gmail.com
Isabelly Durães Borges Zuba
isaborges611@gmail.com
Noemy Ribeiro Soares
noemyribeiro48@gmail.com

Universidade Estadual de Montes Claros
Eixo: Políticas Públicas e Gestão da educação
Palavras-chave: Evasão, Constituição, Direitos.

Resumo Simples

A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei nº 8.069/1990 -, estabelecem a educação como um direito fundamental e inalienável, a ser assegurado com prioridade absoluta. No entanto, apesar do robusto arcabouço jurídico, a evasão e o abandono escolar permanecem como desafios estruturais da educação básica no Brasil, indicando contradições entre a legislação e sua efetivação concreta. O tema se insere diretamente no eixo temático do evento, pois a evasão escolar revela não apenas falhas na escola, mas principalmente fragilidades na formulação, execução e articulação das políticas públicas educacionais e sociais. Investigar essas lacunas à luz da Lei nº 8.069/1990 e da Constituição de 1988 permite refletir criticamente sobre o papel do Estado como garantidor do direito à educação e os desafios da gestão educacional em assegurar esse direito na prática. A pesquisa parte do seguinte problema: como a evasão e o abandono escolar se relacionam com a efetivação dos direitos educacionais garantidos pela Constituição de 1988 e pelo ECA? O estudo tem como objetivo compreender os fatores, causas e consequências do fenômeno da evasão e do abandono escolar na educação, analisando em que medida os marcos legais têm sido implementados nas políticas públicas e na gestão educacional e está fundamentado nos marcos legais da Constituição Federal de 1988 e no ECA, em diálogo com autores que discutem políticas educacionais, exclusão escolar e os direitos das infâncias e adolescências. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, com levantamento de dados em bases acadêmicas e documentos oficiais. Foram selecionados textos normativos e científicos que abordam a evasão escolar, os direitos educacionais e a gestão de políticas públicas. Os materiais foram sistematizados à luz dos objetivos da pesquisa e da problematização teórica, buscando compreender os atravessamentos sociais, institucionais e culturais no fenômeno da evasão e abandono escolar. A relevância social desta pesquisa reside na urgência de enfrentar a evasão e



10 A 12 DE JUNHO DE 2025



o abandono escolar como violações de direitos e não apenas como estatísticas educacionais. Ao investigar como os marcos legais — especialmente o Estatuto da Criança e do Adolescente — estão sendo efetivados (ou negligenciados). Os dados parciais indicam que a evasão e o abandono escolar não decorrem de uma única causa, mas de um conjunto de fatores interdependentes, como vulnerabilidade social, ausência de políticas intersetoriais e gestão educacional fragilizada. Embora o ECA reconheça crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, sua aplicação efetiva encontra obstáculos na realidade cotidiana das escolas e comunidades mais vulneráveis.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 abr. 2025.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 26 abr. 2025.

SILVA FILHO, Raimundo Barbosa; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. **Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil**: fatores, causas e possíveis consequências. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, v. 2, n. 11, p. 54-72, 2017. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/evasao-e-abandonoescolar>. Acesso em: 26 abr. 2025.